



Sinopse Econômica 117

OUTUBRO DE 2002

Fechamento da edição: 01/11/02

BNDES\ Área de Planejamento - Tel: (021) 2277-7369

e-mail: aalem@bndes.gov.br

Endereço na Internet - [http://www.bndes.gov.br/estudos e publicações](http://www.bndes.gov.br/estudos_e_publicacoes)

Equipe Técnica: Ana Claudia Alem, Filipe Lage de Sousa e Gisele Norris

Apoio: Mariana Nunes dos Santos

1) Política Econômica

Breves comentários sobre as contas externas

Em setembro, a conta corrente apresentou um superávit de US\$ 1,2 bilhão, ante um déficit de US\$ 913 milhões em igual mês do ano anterior. No acumulado no ano até setembro, o déficit foi de US\$ 7,3 bilhões, contra o montante de US\$ 17,4 bilhões no mesmo período de 2001. O Banco Central projeta um déficit em conta corrente de US\$ 11 bilhões em 2002, expressivamente abaixo dos US\$ 23 bilhões de 2001 – ver Tabela 1.1. Para 2003, o Banco Central prevê um número ainda menor, de US\$ 9 bilhões. Tanto em 2002, quanto em 2003, o déficit em conta corrente poderá ser totalmente financiado pela entrada de Investimentos Externos Diretos (IED), projetada em US\$ 16 bilhões nestes dois anos. A projeção de um déficit em conta corrente de US\$ 11 bilhões em 2002 é surpreendente, tendo em vista que no início deste ano, o mercado estimava em média um déficit em transações correntes de US\$ 21 bilhões para 2002 – ver Sinopses Econômicas 108, 109 e 110. A comparação destes números mostra que o ajuste externo vem se dando muito mais rapidamente do que o esperado.

O desempenho favorável da balança comercial tem sido a principal razão para este resultado. No acumulado jan/set o superávit comercial atingiu US\$ 7,9 bilhões, ante um superávit de US\$ 1,3 bilhão em igual período de 2001. Para 2002, o Banco Central projeta um superávit de US\$ 11 bilhões, e para 2003, o número esperado é ainda mais favorável, de US\$ 15 bilhões. Com base nestes números, alguns especialistas sugerem que a restrição externa ao crescimento deixará de ser o principal problema nos próximos anos. Entretanto, cabe uma pergunta: este ajuste externo conquistado é sustentável a médio e longo prazos?

O superávit tem crescido principalmente em razão da redução das importações, mais do que de uma recuperação das exportações. No acumulado janeiro/setembro, as exportações apresentaram uma redução de 1,9%, ante igual período do ano anterior. Em relação às importações, o total acumulado até setembro caiu 17,3% em relação ao mesmo período do ano anterior. Os especialistas têm divergido quanto à principal razão da queda das importações, principalmente, no que diz respeito ao peso que a desvalorização do real e desaceleração do nível de atividade, respectivamente, possam ter na redução das compras externas. Uma taxa de câmbio próxima de R\$ 4 certamente funciona como um importante desincentivo às importações, induzindo, inclusive, a um processo “natural” ou espontâneo de substituição de importações – tendo em vista que a produção doméstica de uma série de bens torna-se mais competitiva. Vale dizer, contudo, que até o momento não há informações consolidadas e confiáveis o suficiente que confirmem de forma indiscutível que este movimento “natural” de substituição de importações já esteja em andamento. De qualquer forma, os indícios são de que este processo restrinja-se, principalmente, aos setores “mais leves” da economia, como o de bens de consumo e alguns bens intermediários. Quanto à importância da desaceleração do nível de atividade na redução das importações, não há

SUMÁRIO

2) Nível de Atividade: A Taxa de desemprego aberto foi de 7,5% em setembro.....	3
3) Inflação: A Evolução dos Preços em Outubro.....	5
4) Finanças Públicas: As NFSP no ano de 2002.....	6
5) Mercado Financeiro: Banco Central aumenta Selic para 21% a.a.....	8
6) Setor Externo: A Balança Comercial desagregada em setembro.....	10
7) Operações do BNDES e da FINAME.....	12
8) Anexo Estatístico.....	14

como negar que dois anos seguidos de crescimento real do PIB abaixo de 2% - a projeção média do mercado é de um crescimento de até 1,5% em 2002, algo próximo à taxa observada em 2001 – tenham contribuído para a tendência de significativa redução das importações, tendo em vista que estas são função do nível de renda da economia.

A solução de alguns problemas da economia brasileira -como as altas taxas de desemprego-, exigirá taxas de expansão do PIB superiores a estas a médio e longo prazos. E levando-se em conta a “rigidez” da nossa pauta de importações, concentrada em produtos essenciais à retomada do crescimento – bens de capital, matérias-primas e bens intermediários -, uma aceleração do crescimento do PIB levará, necessariamente a uma nova tendência de aumento das compras externas – ver Tabela 1.2.

Para que a restrição externa possa realmente deixar de ser um obstáculo às taxas mais altas de crescimento é fundamental que haja uma política que promova um aumento expressivo das nossas exportações nos próximos anos, combinada a um processo simultâneo de criteriosa substituição competitiva de importações. Quanto às exportações, tendo em vista que o câmbio já foi ajustado, é fundamental um aumento da “sofisticação” da nossa pauta de exportações, o que, como a experiência internacional demonstra, implicará um aumento do conteúdo tecnológico de nossos produtos. No que diz respeito às importações, o aumento da cotação cambial certamente não será suficiente para induzir um processo “natural” de substituição de importações em setores estratégicos, como o eletrônico, o que justifica uma política de indução à substituição de importações. Vale ressaltar que as políticas voltadas para a substituição competitiva de importações devem ter como objetivo não apenas reduzir as compras externas de alguns bens – que passariam a ser produzidos domesticamente -, mas também uma expansão do potencial exportador do país, com a possibilidade de o Brasil, por exemplo, vir a tornar-se uma plataforma de exportação de insumos e componentes eletrônicos.

TABELA 1.1
USOS E FONTES DE RECURSOS EXTERNOS
EM US\$ BILHÕES

Discriminação	2001		2002		2003
	Jan/Set	Ano	Jan/Set	Ano (1)	(1)
Usos	-43	-58	-29	-41	-37
Transações correntes	-17	-23	-7	-11	-9
Saldo comercial	1	3	8	11	15
Exportações	44	58	44	59	65
Importações	-43	-56	-36	-48	-50
Serviços e rendas	-20	-27	-17	-24	-26
Juros	-10	-15	-9	-14	-15
Lucros e dividendos	-3	-5	-4	-5	-5
Viagens internacionais	-1	-1	-1	-1	-1
Demais	-5	-6	-3	-5	-5
Transferências unilaterais	1	2	2	2	2
Amortizações	-25	-35	-22	-30	-28
Bônus, Notes e Commercial papers	-13	-19	-9	-11	-10
Empréstimos	-10	-13	-11	-16	-15
Crédito de fornecedores	-2	-3	-2	-2	-3
Fontes	43	58	29	41	37
Conta Capital	0	0	0	0	-
Investimentos estrangeiros diretos	15	22	13	16	16
Investimentos em papéis domésticos de 1.prazo e ações	2	2	1	1	2
Desembolsos de médio e longo prazos	29	35	15	19	23
Ativos brasileiros no exterior	-4	-5	-5	-7	-6
Empréstimos ao Banco Central	7	7	9	11	-11
Curto prazo e demais	1	0	-2	0	1
Ativos de reservas	-7	-3	-2	0	12

Fonte: Banco Central do Brasil.

TABELA 1.2
IMPORTAÇÕES POR CATEGORIA DE USO
PARTICIPAÇÃO NO TOTAL (%)

Itens	1998	1999	2000	2001	Jan / Set	
					2002	2001
Mat. primas e bens interm.	46	49	51	49	49	50
Combust. e lubrificantes	7	9	11	11	13	11
Bens de capital	28	27	24	27	26	26
Bens de consumo	19	15	13	13	12	13
Não-duráveis	9	8	7	6	7	6
Automóveis	5	2	2	3	2	3
Outros duráveis	4	4	4	4	4	4
Total	100	100	100	100	100	100

Fonte: Secex - MDIC.

2) Nível de Atividade

O desempenho em agosto

O índice de produção física da indústria de agosto, calculado pelo IBGE apresentou crescimento tanto em relação a agosto de 2001, que foi de 0,9%, quanto na taxa dessazonalizada em comparação ao mês anterior, que foi de 0,3% – ver Gráfico 2.1. No período acumulado de janeiro a agosto, o indicador apontou crescimento de 0,5%, praticamente o mesmo resultado verificado até julho, que foi de 0,4%. A taxa anualizada, indicador acumulado dos últimos doze meses, não variou, permanecendo com queda de 0,8%, em agosto.

Na análise por categorias de uso, os indicadores mostram queda em agosto, ante julho, nos segmentos de bens de capital e de bens de consumo duráveis, que foram 2,2% e 1,2%, respectivamente (taxas dessazonalizadas). Contudo, as taxas foram positivas em bens de consumo semiduráveis e não duráveis, com 1,2% e em bens intermediários, com 0,1% - ver Gráfico 2.2 .

Comparando-se com agosto de 2001, também na análise por categorias de uso, observou-se que houve crescimento em bens intermediários, com 2,7% e bens de consumo duráveis, com 6,2%, enquanto que os segmentos de bens de capital e semiduráveis e não duráveis tiveram desempenho negativo, de 10% e 2,8% respectivamente.

O indicador mensal de vendas reais da indústria, divulgado pela CNI apresentou um crescimento de 2,1% na taxa dessazonalizada no mês agosto em relação a julho. Este foi o terceiro mês consecutivo de alta no indicador dessazonalizado.

GRÁFICO 2.1
INDICADORES DO NÍVEL DE ATIVIDADE
COM AJUSTE SAZONAL - JAN 99=100

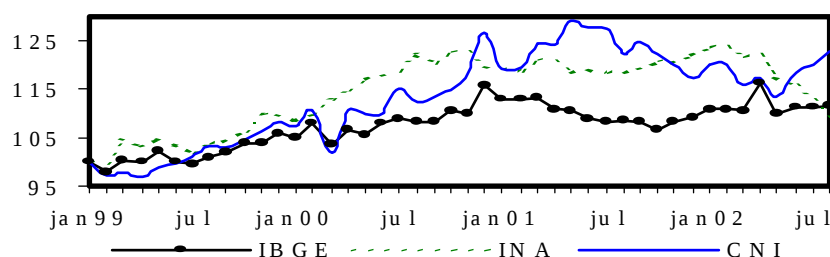
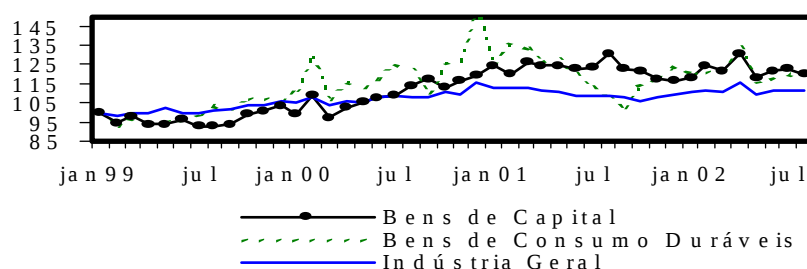


GRÁFICO 2.2
PRODUÇÃO FÍSICA INDUSTRIAL - IBGE
COM AJUSTE SAZONAL - JAN 99=100



Comparando-se com igual mês do ano anterior, esse indicador aumentou 2,0%. No acumulado dos oito primeiros meses desse ano ocorreu uma queda de 0,83% nas vendas reais da indústria contra o mesmo período de 2001. O nível de utilização da capacidade instalada dessazonalizado permaneceu o mesmo nos meses de julho e agosto, a saber, 80,8%.

De acordo com a FIESP, o INA apresentou em agosto quedas de 3,0% na comparação dessazonalizada com julho de 2002 e de 6,8%, em relação ao mesmo mês de 2001. Nos primeiros oito meses de 2002, o indicador acumula uma redução de 3,2% perante igual período de 2001.

A Produção de Autoveículos em Setembro

De acordo com a Anfavea, a indústria automobilística brasileira produziu em setembro 150,39 mil veículos, apresentando um acréscimo de 9,3% contra agosto. Em relação a setembro de 2001, ocorreu uma elevação na produção de 7,5%. Nos primeiros nove meses do ano, a produção de 1,31 milhão de unidades foi inferior em 9,1% comparando-se com igual período de 2001 - ver Gráfico 2.3.

A Taxa de Desemprego em Setembro

A taxa de desemprego aberto divulgada pelo IBGE em setembro apresentou variação de 7,5%, praticamente a mesma de agosto, que foi de 7,3% e superior à de setembro do ano passado que foi de 6,2%.

O rendimento médio real (deflacionado pelo INPC) das pessoas ocupadas em agosto caiu 1,5% em relação a julho deste ano e apresentou também queda em comparação a agosto do ano passado, de 2,6% – ver Gráfico 2.4. No acumulado no ano até agosto, o rendimento médio real acumulou uma queda de 4,0%, ante igual período do ano anterior.

GRÁFICO 2.3
PRODUÇÃO DE AUTOVEÍCULOS - ANFAVEA
EM MIL UNIDADES

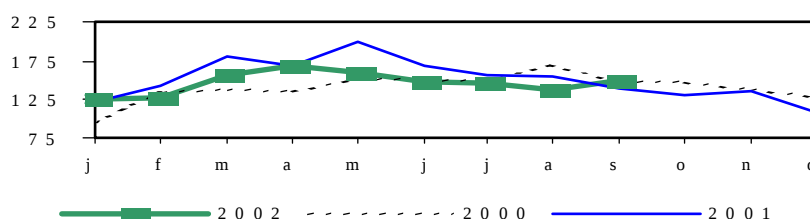
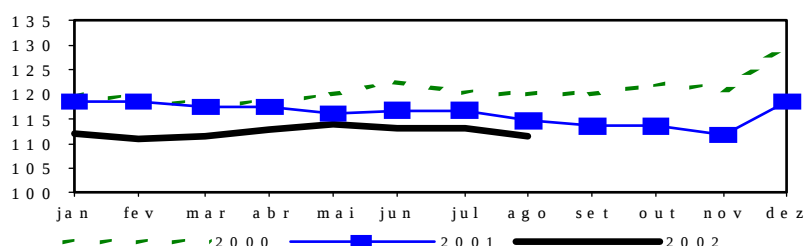


GRÁFICO 2.4
ÍNDICE DO RENDIMENTO MÉDIO REAL - IBGE
JULHO DE 1994=100



3) Inflação

Índices de Preços de Setembro e o Núcleo de Inflação

Em setembro, o IGP-DI de apresentou uma variação de 2,64%, e o IPC-FIPE, de 0,76% contra 2,36% e 1,01%, respectivamente no mês anterior. No entanto, IPCA alcançou a taxa de 0,72% em setembro, inferior à variação registrada em agosto de 2002, que foi de 0,65%. A inflação média desses três índices de preço foi de 1,37% em setembro, ligeiramente superior à média de 1,34% registrada em agosto. No acumulado de 12 meses, a média desses índices resultou numa taxa anual de 9,23% até setembro de 2002, superior aos 8,08% registrados no acumulado 12 meses até agosto de 2002.

O núcleo de inflação atingiu o valor mensal de 0,67% em setembro, superior aos 0,65% de agosto. No acumulado de 12 meses até setembro, o núcleo de inflação apresentou uma taxa de variação de 6,87%, acima dos 6,69% registrados no acumulado 12 meses até agosto - ver Gráfico 3.1.

A Evolução dos Preços em Outubro

O Índice de Preços ao Consumidor, divulgado pela FIPE, registrou, na terceira quadrissetmana do mês de outubro, uma elevação nos preços de 1,07%, superior aos 0,76% registrados em todo o mês anterior. Adicionalmente, observa-se que este índice foi o maior apresentado nesse mês, visto que na primeira quadrissetmana houve uma variação de 0,81% e na segunda, uma de 0,89%.

Os itens de maior aumento foram: Alimentação (1,88%), Transportes (1,26%) e Despesas Pessoais (1,24%). O item de maior peso, Habitação, teve um aumento de 0,62%. Os índices de Saúde, Vestuário e Educação tiveram aumentos de 0,46%, 0,85% e 0,20%, respectivamente- Ver Tabela 3.1. A FIPE reviu suas previsões da taxa mensal para fim de outubro de 0,80% para 1,10%. No entanto, ela manteve a estimativa de inflação para o ano em 5,50%.

GRÁFICO 3.1
NÚCLEO DE INFLAÇÃO (%)
TAXA ACUMULADA EM 12 MESES

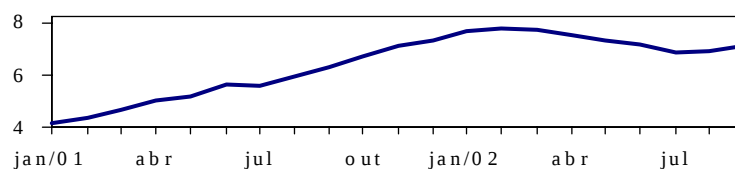


TABELA 3.1
IPC/FIPE - 3ª QUADRISSEMANA DE OUTUBRO

Grupos	Ponderação (%)	Variação (%)	Contribuição (%)
Habitação	32,7925	0,62	0,20
Alimentação	22,7305	1,88	0,43
Transportes	16,0309	1,26	0,20
Despesas Pessoais	12,2985	1,24	0,15
Saúde	7,0756	0,46	0,03
Vestuário	5,2893	0,85	0,04
Educação	3,7827	0,20	0,01
Índice Geral	100,0000	1,07	1,07

O IGP-M em Outubro

O IGP-M registrou um crescimento de 3,87% nos preços em outubro, acima dos 2,40% de setembro. No acumulado em 12 meses até outubro, o resultado ficou em 16,34%, acima dos 13,33% registrados nesse acumulado até setembro. Já no acumulado do ano, o IGP-M ficou em 14,82%. O IPA-M, o IPC-M e o INCC-M registraram altas de 5,62%, 0,91%, e 0,82%, respectivamente.

4) Finanças Públicas

As NFSP no ano de 2002

O déficit público nominal – sem considerar a desvalorização nominal - foi de 2,63% do PIB no acumulado janeiro/setembro de 2002, ante os 2,34% do PIB de igual período de 2001 – ver Tabela 4.1.

As despesas com os juros nominais sobre a dívida pública atingiram 7,63% do PIB no período, contra os 7,11% do PIB de janeiro a setembro de 2001. Em relação ao resultado primário, houve um superávit de 5,00% do PIB no acumulado no ano até setembro de 2002, ante um superávit de 4,77% do PIB em jan/set de 2001. No acumulado no ano até setembro, o superávit primário do setor público consolidado atingiu R\$ 47,616 bilhões.

TABELA 4.1
NECESSIDADES DE FINANCIAMENTO DO SETOR PÚBLICO (NFSP)(1) -
em % do PIB
SEM DESVALORIZAÇÃO CAMBIAL

	2001		2002
	jan-set	Ano	jan-set
<i>Nominal</i>	2,34	3,54	2,63
Governo Central	0,38	2,05	-0,25
Governo Federal	0,45	2,18	1,19
Banco Central	-0,07	-0,13	-1,43
Governos Regionais	2,09	2,03	2,57
Governos Estaduais	1,99	1,94	2,22
Governos Municipais	0,10	0,10	0,35
Empresas Estatais	-0,13	-0,55	0,31
Empresas Estatais Federais	-0,44	-0,66	-0,23
Empresas Estatais Estaduais	0,30	0,10	0,52
Empresas Estatais Municipais	0,01	0,01	0,02
<i>Juros Nominais</i>	7,11	7,28	7,63
Governo Central	3,30	3,97	2,97
Governo Federal	3,43	4,15	4,46
Banco Central	-0,12	-0,19	-1,49
Governos Regionais	3,16	2,93	3,58
Governos Estaduais	2,75	2,56	3,05
Governos Municipais	0,40	0,37	0,52
Empresas Estatais	0,65	0,39	1,08
Empresas Estatais Federais	0,01	-0,03	0,25
Empresas Estatais Estaduais	0,62	0,40	0,80
Empresas Estatais Municipais	0,02	0,02	0,02
<i>Primário</i>	-4,77	-3,75	-5,00
Governo Central	-2,92	-1,91	-3,22
Governo Federal	-3,84	-3,04	-4,41
Banco Central	0,06	0,06	0,06
INSS	0,87	1,07	1,14
Governos Regionais	-1,07	-0,90	-1,01
Governos Estaduais	-0,77	-0,62	-0,84
Governos Municipais	-0,30	-0,28	-0,17
Empresas Estatais	-0,79	-0,94	-0,77
Empresas Estatais Federais	-0,45	-0,63	-0,49
Empresas Estatais Estaduais	-0,32	-0,30	-0,28
Empresas Estatais Municipais	-0,01	-0,01	0,00

Fonte: Banco Central do Brasil.

Nota: (1) (-)=superávit.

A evolução das receitas federais

Segundo a Secretaria da Receita Federal (SRF), a arrecadação apresentou uma expansão real de 28,0% em setembro, ante o mesmo mês de 2001. No acumulado no ano até setembro, o total da arrecadação federal registrou um crescimento real de 10,4%, ante igual período do ano anterior.

A participação dos títulos públicos por indexador

A participação dos títulos indexados ao câmbio no total de títulos públicos federais foi de 29,0% em setembro, ante os 24,6% de agosto. Os títulos indexados à taxa over/SELIC reduziram a sua participação de 55,8% do total em agosto, para 52,9% em setembro - ver Tabela 4.2. Os títulos pré-fixados, por sua vez, registraram uma participação de 6,6% no total de títulos federais em setembro. A participação dos títulos indexados aos índices de preços, por sua vez, foi de 9,6% em setembro.

A dívida líquida do setor público

A dívida líquida do setor público – excluindo base monetária - foi de 59,5% em setembro de 2002 – ver Tabela 4.3. Incluindo-se a base monetária, a dívida líquida foi de 63,9% do PIB.

TABELA 4.2
TÍTULOS PÚBLICOS FEDERAIS:
PARTICIPAÇÃO POR INDEXADOR (%)

Indexadores	1995	1996	1997	1998	1999	2000	2001	2002(set)
Câmbio	5,3	9,4	15,4	21,0	24,2	21,7	28,6	29,0
SELIC	37,8	18,6	34,8	69,1	61,1	52,4	52,8	52,9
Prefixados	42,7	61,0	40,9	3,5	9,2	15,3	7,8	6,6
Índices de Preços	5,3	1,8	0,3	0,4	2,4	5,9	7,0	9,6
Outros	8,9	9,2	8,6	6,0	3,1	4,7	3,8	1,9
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

Fonte: Banco Central.

TABELA 4.3
DÍVIDA LÍQUIDA DO SETOR PÚBLICO - FIM DE PERÍODO (% PIB) (1)

Composição	1998	1999	2000	2001	2002 (set)
Dívida interna	32,5	34,4	35,5	38,4	41,8
Governo Central	17,2	17,7	19,3	20,5	22,9
Gov.estaduais e municipais	14,0	15,5	15,3	17,5	17,6
Empresas estatais	1,3	1,2	0,9	0,4	1,3
Dívida externa	6,4	10,4	9,7	10,6	17,7
Governo Central	4,3	8,0	7,5	8,4	15,2
Gov.estaduais e municipais	0,7	0,9	0,9	1,0	1,6
Empresas estatais	1,4	1,5	1,3	1,2	0,9
Dívida total	38,9	44,8	45,2	49,0	59,5
Governo Central	21,5	25,7	26,8	28,9	38,1
Gov.estaduais e municipais	14,7	16,4	16,2	18,5	19,2
Estados	12,7	14,2	14,1	16,4	17,0
Municípios	2,0	2,2	2,1	2,1	2,2
Empresas estatais	2,7	2,7	2,2	1,6	2,2
Federais	0,5	0,3	-0,4	-1,2	-1,0
Estaduais	2,1	2,2	2,4	2,6	3,0
Municipais	0,1	0,2	0,2	0,2	0,2
Base monetária	4,4	4,6	4,2	4,3	4,4
Dívida total com base monetária	43,3	49,4	49,4	53,3	63,9

Nota: (1) Exclui a base monetária.

5) Mercado Financeiro

Banco Central eleva as taxas de juros básicas para 21% a.a

Em reunião extraordinária realizada no dia 14 de outubro de 2002, o Banco Central decidiu aumentar a taxa Selic de 18,0% ao ano para 21,0% ao ano. Nas reuniões do dia 22 e 23 de outubro, a nova taxa manteve-se inalterada. A decisão tomou como base a tendência de alta da cotação cambial e seus efeitos negativos sobre a evolução da inflação.

No mercado futuro, as taxa de juros DI, anualizadas, projetadas para novembro e dezembro de 2002 e janeiro de 2003 fecharam, em 31/10, em 20,83%, 21,93% e 23,10%, respectivamente.

PIB dos EUA cresce 3,1% no terceiro trimestre

Nos EUA, o PIB do terceiro trimestre apresentou um crescimento real de 3,1% - taxa anualizada -, em relação ao trimestre anterior. O resultado ficou abaixo da projeção do mercado que era de 3,7%. O crescimento foi liderado pela expansão de 4,2% dos gastos com consumo, no período.

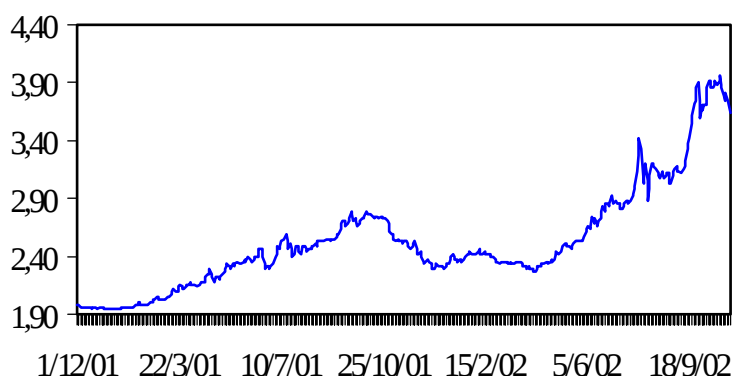
A taxa de desemprego nos EUA foi de 5,7% em outubro, ligeiramente acima dos 5,6% registrados em setembro.

A evolução da taxa de câmbio

No dia 31/10, a cotação da Ptax (venda) foi de R\$ 3,6450, ante os R\$ 3,8949 registrados no final do mês de setembro, o que representou uma redução de 6,42% no mês – ver Gráfico 5.1. No ano, o real acumulou até outubro uma desvalorização de 57,06%.

Os contratos de US\$ futuro com fechamento em primeiro de dezembro e janeiro tiveram, em 31/10, cotações de R\$ 3,5956 e R\$ 3,5555, respectivamente.

GRÁFICO 5.1
Ptax VENDA



A evolução do spread de risco soberano

O *spread* de risco país do Brasil foi de 2339 em média, em outubro, ante os 2302 de setembro – ver Tabela 5.1.

O preço do petróleo mostra sinais de recuo

O preço médio da cesta de sete tipos de petróleo cru da Opep foi de US\$ 25,68 por barril em 28 de outubro, o que representou uma redução de 9,4% em relação à cotação registrada no final de setembro – ver Gráfico 5.2.

GRÁFICO 5.2
PREÇO DA CESTA DE PETRÓLEO (US\$)

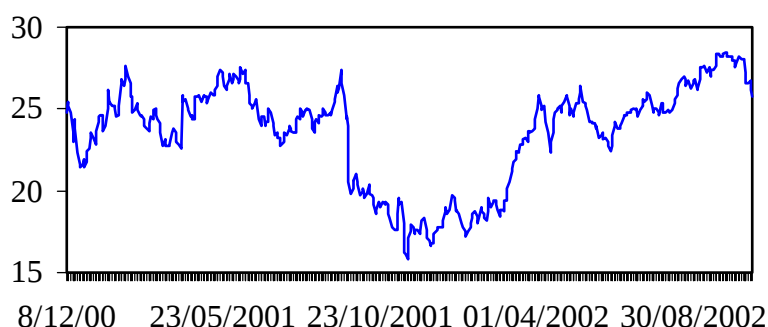


TABELA 5.1
SPREAD DE RISCO SOBERANO

Mês	Médias Mensais: Par-bond		
	Brasil	Argentina	México
1999	1233	901	769
2000	895	857	423
2001	1044	1556	425
jan/01	875	891	421
fev/01	848	901	479
mar/01	895	1075	487
abr/01	966	1181	464
mai/01	991	1181	392
jun/01	979	1129	348
jul/01	1093	1552	387
ago/01	1095	1648	403
set/01	1244	1585	459
out/01	1333	1801	477
nov/01	1158	2416	424
dez/01	1022	3564	351
jan/02	980	4854	356
fev/02	1019	5055	332
mar/02	866	5114	264
abr/02	921	5535	252
mai/02	1112	5149	257
jun/02	1486	5393	326
jul/02	1992	7769	407
ago/02	2281	9607	497
set/02	2302	8364	555
out/02	2339	7894	539

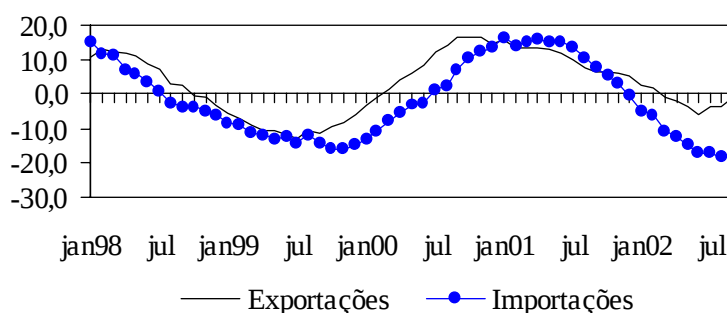
6) Setor Externo

A Balança Comercial em Setembro

A balança comercial registrou em setembro um superávit de US\$ 2,480 bilhões, com exportações de US\$ 6,492 bilhões e importações de US\$ 4,012 bilhões.

Com este resultado, a balança comercial acumulou no período janeiro/setembro de 2002 um superávit de US\$ 7,858 bilhões, contra um superávit de US\$ 1,256 bilhão registrados em igual período de 2001. De janeiro a setembro, as exportações apresentaram uma redução acumulada de 1,9% e as importações, de 17,3%, ante igual período de 2001. No acumulado em 12 meses até setembro, as exportações apresentaram uma queda de 1,2% e as importações reduziram-se em 17,3% - ver Gráfico 6.1.

GRÁFICO 6.1
EXPORTAÇÕES E IMPORTAÇÕES
VARIAÇÃO ACUMULADA EM 12 MESES (%)



Exportações e Importações Desagregadas em Setembro

No acumulado de 2002 até setembro, as exportações apresentaram uma queda de 1,9% em relação ao mesmo período do ano anterior. Já as importações mostraram um resultado mais acentuado, com uma redução de 17,3% até setembro de 2002, ante o acumulado do ano passado até o mesmo mês – ver Tabelas 6.1 e 6.2. No entanto, cabe frisar que as exportações começam a mostrar sinais de crescimento, visto que houve um aumento de 19,0% no total exportado ao comparar o trimestre de julho a setembro de 2002 contra o mesmo trimestre do ano anterior.

As exportações de produtos básicos apresentaram um aumento de 4,3% no volume exportado no acumulado do ano até setembro, ante o mesmo período do ano passado. Os produtos industrializados mostram uma queda de 3,3% no acumulado do ano até setembro, contra o mesmo período do ano anterior. Os dois subitens dos produtos industrializados mostram comportamentos distintos, pois houve uma queda de 4,8% nos produtos manufaturados e uma elevação de 2,7% nos semimanufaturados.

No que diz respeito às importações, novamente todas as categorias exibiram quedas na comparação do acumulado desse ano até setembro contra o mesmo intervalo de tempo em 2001. As importações de bens de capital e de matéria-prima e bens intermedi-

ários, por sua vez, apresentaram quedas de 19,2% e 18,5%, respectivamente, no acumulado de janeiro a setembro, ante o mesmo período de 2001. A importação de combustíveis e lubrificantes apresentou uma redução de 4,4%. O destaque de queda ficou com o subitem automóveis, com queda de 52,0%, impactando a categoria de bens de consumo duráveis, cuja redução foi 33,5%. Por último, a importação de bens de consumo não-duráveis obteve o resultado mais brando, pois apresentou uma queda de 5,5% em relação ao mesmo período do ano passado.

Numa comparação de setembro de 2002 com o mesmo mês do ano passado, é possível notar de forma mais nítida o aumento das exportações. Nessa comparação, a exportação de produtos básicos aumentaram 71,4%, a de semimanufaturados 54,3% e a de manufaturados 16,9%. No total, as exportações mostraram um crescimento de 36,5% de setembro de 2002 em relação ao mesmo mês do ano passado.

Já as importações mostram uma queda de 3,6% no total ao comparar setembro de 2002 com o de 2001. Nesse tipo de comparação, a maior parte dos itens de importação mostram queda, onde as mais acentuadas são as de bens de consumo duráveis (19,9%) e as de bens de capital (19,2%). As importações de bens de consumo não-duráveis caíram 7,3% nesse tipo de comparação. No item de matérias-primas e produtos intermediários a redução foi de apenas 1,5%. A exceção ficou com a importação de combustíveis e lubrificantes, que cresceram 30,2% em setembro de 2002, comparados com o mesmo mês do ano anterior.

TABELA 6.1
EXPORTAÇÕES POR TIPO DE PRODUTO
EM US\$ MILHÕES FOB

Itens	Jan - Set		Var. %
	2002	2001	
Básicos	12.411	11.894	4,3
Industrializados	29.942	30.973	-3,3
Semimanufaturados	6.246	6.084	2,7
Manufaturados	23.696	24.890	-4,8
Ops. Especiais	1.164	1.506	-22,7
Total	43.517	44.373	-1,9

Fonte: Secex.

TABELA 6.2
IMPORTAÇÕES POR CATEGORIA DE USO
EM US\$ MILHÕES FOB

Itens	Jan - Set		Var. %
	2002	2001	
Mat. primas e bens interm.	17.647	21.651	-18,5
Combust. e lubrificantes	4.482	4.687	-4,4
Bens de capital	9.128	11.294	-19,2
Bens de consumo	4.401	5.488	-19,8
Não-duráveis	2.533	2.680	-5,5
Automóveis	564	1.174	-52,0
Outros duráveis	1.304	1.633	-20,1
Total	35.658	43.120	-17,3

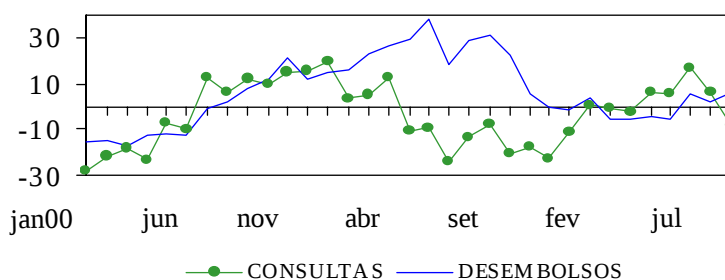
Fonte: Secex.

7) Operações do BNDES

A evolução dos desembolsos e das consultas

O valor real dos desembolsos de recursos do BNDES apresentou um aumento de 6,3% no acumulado em 12 meses até setembro de 2002 - ver Gráfico 7.1. O valor das consultas - pedidos de financiamento - do BNDES registrou uma queda real de 8% no acumulado em 12 meses até setembro de 2002.

GRÁFICO 7.1
BNDES: DESEMBOLSOS E CONSULTAS
VARIAÇÃO REAL ACUMULADA EM 12 MESES (%)
DEFLATOR: IGP-DI



Fonte: BNDES/GEDEG.

Desembolsos por tipo de operação e empresa do BNDES

O valor real dos desembolsos do Sistema BNDES registrou o montante de R\$ 26,2 bilhões no acumulado no ano até setembro de 2002, 31% superior ao observado em igual período de 2001, ambos a preços de setembro de 2002 - ver Tabela 7.1.

O BNDES apresentou um crescimento real de 19% de seus desembolsos no período. Isto resultou, principalmente, da expansão real das liberações com as operações diretas. A FINAME registrou um crescimento real de 60% de seus desembolsos no acumulado no ano até setembro de 2002, ante mesmo período de 2001. A BNDESPAR, por sua vez, apresentou uma queda real de 57% de seus desembolsos no período.

TABELA 7.1
DESEMBOLSOS DO SISTEMA BNDES (1)
Em R\$ milhões

Itens	2002	2001	Var. %
BNDES	13.531	11.397	19
Op. Diretas	9.543	4.875	96
Op. Indiretas	3.988	6.523	-39
FINAME	12.244	7.632	60
BNDESPAR	432	997	-57
Total	26.207	20.026	31

Fonte: BNDES/GEDEG.

Nota: (1) Valores acumulados até setembro de cada ano, a preços de setembro de 2002 - deflator IGP-DI.

A distribuição setorial dos desembolsos

A evolução dos desembolsos setoriais acumulados no ano a partir de janeiro de 2001 pode ser observada na Tabela 7.2. No acumulado no ano até setembro de 2002, o grande destaque foi o setor de infra-estrutura, o qual apresentou uma taxa real de crescimento de 57% nas suas liberações.

No período, as liberações para a indústria de transformação registraram a maior participação – de 47,6% - no total desembolsado – ver Tabela 7.3.

TABELA 7.2
CRESC. REAL ACUMULADO ATÉ O MÊS (1)
DESEMBOLSOS (%)

Meses	AGROP.	IND. TRANSF.	INFRA- ESTRUTURA	SERVIÇOS	TOTAL
jan/01	66	129	-44	-14	44
fev	52	64	-38	-35	23
mar	61	80	-26	-15	42
abr	56	76	-21	-17	39
mai	43	79	20	-21	41
jun	41	62	17	-23	42
jul	41	50	-30	-12	13
ago	33	55	5	-26	27
set	33	50	8	-22	26
out	31	28	11	-22	17
nov	39	17	-11	-20	5
dez	31	14	-21	-24	0
jan/02	20	0	71	13	14
fev	42	-8	409	13	51
mar	45	-37	235	-2	8
abr	41	-34	183	13	7
mai	51	-21	141	20	13
jun	40	0	60	23	15
jul	36	9	56	30	24
ago	38	9	47	32	24
set	37	16	57	24	31

Fonte: BNDES/GEDEG.

Nota: (1) Em relação a igual período do ano anterior - deflator: IGP-DI.

TABELA 7.3
DESEMB. SETORIAIS DO SISTEMA BNDES (1)
Em R\$ milhões

Setores	2002	2001	Var.%	Part% 2002
TOTAL	26.207	20.026	31	100,0
AGROPECUÁRIA	3.088	2.251	37	11,8
IND. DE TRANSFORMAÇÃO	12.477	10.779	16	47,6
METALURGIA	819	1.631	-50	3,1
MECÂNICA	822	875	-6	3,1
MATERIAL DE TRANSPORTE	6.747	3.693	83	25,7
CELULOSE E PAPEL	726	964	-25	2,8
QUÍMICA, P..F., PERF., S. E VELAS	793	560	42	3,0
PROD. ALIMENTARES E BEBIDAS	1.497	1.824	-18	5,7
OUTRAS	1.073	1.231	-13	4,1
INFRA-ESTRUTURA	8.614	5.473	57	32,9
SERVIÇOS	1.759	1.414	24	6,7
OUTROS	269	109	146	1,0

Fonte: BNDES/GEDEG.

Nota: (1) Valores acumulados até setembro de cada ano, a preços de setembro de 2002 - deflator IGP-DI.

8) Anexo Estatístico

EVOLUÇÃO COMPARATIVA DOS INDICADORES

	IG P - M / FGV			Dólar Comercial (var.%) (1)			UMBNDDES (2)		
	no mês	no ano	12 meses	no mês	no ano	12 meses	no mês	no ano	12 meses
jan/01	0,62	0,62	9,28	0,80	0,80	9,35	0,47	0,47	6,38
fev	0,23	0,85	9,15	3,76	4,59	15,64	3,49	3,98	12,95
mar	0,56	1,42	9,59	5,69	10,54	23,70	3,90	8,03	17,66
abr	1,00	2,43	10,44	1,07	11,72	20,92	1,51	9,66	17,66
mai	0,86	3,31	11,04	8,02	20,68	29,19	8,21	18,67	25,33
jun	0,98	4,32	11,19	-2,33	17,87	28,05	-2,98	15,13	22,64
jul	1,48	5,87	11,09	5,48	24,33	36,99	5,66	21,64	32,79
ago	1,38	7,33	9,99	4,95	30,49	39,93	6,31	29,32	37,74
set	0,31	7,66	9,07	4,69	36,61	44,89	4,57	35,24	42,97
out	1,18	8,93	9,94	1,34	38,44	41,81	0,79	36,30	40,03
nov	1,10	10,13	10,82	-6,59	29,32	29,04	-6,76	27,08	27,07
dez	0,22	10,37	10,37	-8,24	18,66	18,66	-9,23	15,36	15,36
jan/02	0,36	0,36	10,09	4,22	4,22	22,68	3,60	3,60	18,95
fev	0,06	0,42	9,90	-2,90	1,20	14,81	-2,77	0,72	11,75
mar	0,09	0,51	9,39	-1,05	0,14	7,49	-0,92	-0,21	6,56
abr	0,56	1,07	8,91	1,67	1,81	8,13	2,29	2,07	7,38
mai	0,83	1,91	8,88	6,75	8,68	6,85	7,53	9,76	6,71
jun	1,54	3,48	9,48	12,78	22,57	23,39	13,83	24,94	25,19
jul	1,95	5,50	9,99	20,54	47,74	41,00	20,42	50,46	42,68
ago	2,32	7,95	11,01	-11,85	30,24	18,43	-11,67	32,90	18,55
set	2,40	10,54	13,32	28,87	67,84	45,79	28,40	70,64	45,55
out	3,87	14,82	16,33	-6,42	57,06	34,62	-6,50	59,57	35,05

Fonte: BNDES e Gazeta Mercantil.

Notas:

(1) Taxa de final de período.

(2) Variação cambial da cesta de moedas do BNDES (UMBNDDES).

QUADRO DAS PREVISÕES ANUAIS (1)

INSTITUIÇÕES	PIB (1)		IED		NFSP (%PIB)		Exportações		Importações		B. Comercial		Saldo em C. Corrente		Taxa Selic (%)		Taxa de Câmbio	
	TOTAL				Primário		(US\$ bilhões)		(US\$ bilhões)		(US\$ bilhões)		(US\$ bilhões)		Final de Período		Final de Período	
	2002	2003	2002	2003	2002	2003	2002	2003	2002	2003	2002	2003	2002	2003	2002	2003	2002	2003
BBV - Brasil	1,3	1,4	16,0	14,0	-3,9	-3,8	59,1	62,5	48,1	48,5	11,0	14,0	-12,7	-8,0	21,0	15,5	3,30	3,60
Citibank	1,2	1,0	15,0	12,0	-4,0	-4,0	59,4	65,0	48,1	50,0	11,3	15,0	-10,9	-	18,9	20,1	3,90	4,25
CSFB Garantia	0,9	1,0	16,0	10,0	-3,9	-4,0	59,0	63,5	48,0	49,0	11,0	14,5	-10,8	-8,5	21,0	17,0	-	-
Fator	1,3	2,5	15,5	16,0	-3,9	-3,8	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	3,35	3,25
JP Morgan Chase	-	-	-	-	-3,9	-3,8	-	-	-	-	11,6	18,5	-10,9	-	18,5	20,2	4,00	3,80
Macrométrica	2,2	2,6	20,0	17,0	-3,6	-3,3	58,4	58,9	49,0	45,3	9,4	13,5	-	-	21,0	19,0	3,94	3,71
MCM Consultores	1,4	2,6	12,4	8,0	-3,9	-3,8	58,9	64,8	48,1	48,1	10,8	16,7	-12,1	-	21,0	18,0	3,60	3,50
Rosemberg	0,9	-	15,0	12,0	-3,9	-4,0	59,9	65,9	47,8	47,0	12,1	18,9	-9,9	-	23,0	21,0	3,60	3,40
MÉDIA	1,3	1,8	15,7	12,7	-3,9	-3,8	59,1	63,4	48,2	48,0	11,0	15,9	-11,2	-8,3	20,6	18,7	3,7	3,6
DESVIO PADRÃO	0,44	0,80	2,24	3,20	0,11	0,23	0,51	2,54	0,42	1,64	0,86	2,17	1,01	0,35	1,51	1,96	0,28	0,33

Nota:

(1) Variação percentual.

INFLAÇÃO - QUADRO DAS PREVISÕES

INSTITUIÇÕES	FIPE			IPCA			IGP-M		
	novembro	dezembro	2002	novembro	dezembro	2002	novembro	dezembro	2002
BBV Brasil	0,76	0,43	-	0,67	0,58	-	1,26	0,95	-
Citibank	1,10	0,80	6,50	1,35	1,10	9,23	2,91	2,65	21,02
CSFB Garantia	0,80	0,40	6,30	1,20	0,80	8,90	3,35	1,95	21,00
Fator	0,40	0,55	-	0,50	0,50	7,00	0,45	0,50	13,00
JP Morgan Chase	0,80	0,60	6,45	1,00	0,75	8,53	2,00	1,50	18,62
Macrométrica	1,04	1,13	-	1,18	1,30	9,25	2,19	1,36	16,83
MCM Consultores	0,80	0,45	6,30	1,25	0,65	8,80	3,10	1,60	20,30
Rosemberg	1,10	0,90	-	1,10	0,90	9,00	-	-	-
Média	0,85	0,66	6,39	1,03	0,82	8,67	2,18	1,50	18,46
Desvio Padrão	0,23	0,26	0,10	0,30	0,27	0,78	1,05	0,69	3,13

ÍNDICES ECONÔMICOS

m ê s	Taxa de variação dos preços (%)						Taxa Referencial de juros (%)	Taxa de Câmbio-venda SP R \$ / U \$ S		
	IP C A	IP C (FIPE)	IG P - M (FG V)	IG P - D I (FG V)	IP A - D I (FG V)	IP A Ind (FG V)		Comercial Média	Comercial (1)	Paralelo (1)
jan / 0 1	0,5 7	0,3 8	0,6 2	0,4 9	0,4 0	0,7 8	0,1 0	1,9 5	1,9 7	2,1 4
fevereiro	0,4 6	0,1 1	0,2 3	0,3 4	0,3 1	0,3 1	0,1 4	2,0 0	2,0 5	2,1 4
março	0,3 8	0,5 1	0,5 6	0,8 0	1,0 1	0,2 7	0,0 4	2,0 9	2,1 6	2,2 1
abril	0,5 8	0,6 1	1,0 0	1,1 3	1,3 9	0,4 8	0,1 7	2,1 9	2,1 8	2,2 5
maio	0,4 1	0,1 7	0,8 6	0,4 4	0,1 8	0,4 9	0,1 5	2,3 0	2,3 6	2,5 5
junho	0,5 2	0,8 5	0,9 8	1,4 6	1,9 6	1,5 9	0,1 8	2,3 8	2,3 0	2,5 2
julho	1,3 3	1,2 1	1,4 8	1,6 2	1,9 3	1,8 9	0,1 5	2,4 7	2,4 3	2,5 9
agosto	0,7 0	1,1 5	1,3 8	0,9 0	1,1 3	1,0 5	0,2 4	2,5 1	2,5 5	2,6 3
setem bro	0,2 8	0,3 2	0,3 1	0,3 8	0,4 8	0,7 5	0,3 4	2,6 7	2,6 7	2,7 9
outubro	0,8 3	0,7 4	1,1 8	1,4 5	1,8 8	1,9 4	0,1 6	2,7 4	2,7 1	2,8 2
novem bro	0,7 1	0,6 1	1,1 0	0,7 6	0,7 3	0,6 5	0,2 9	2,5 4	2,5 3	2,6 4
dezem bro	0,6 5	0,2 5	0,2 2	0,1 8	-0,0 9	-0,3 2	0,1 9	2,3 6	2,3 2	2,6 0
Acum .A no	7,6 7	7,1 3	10,3 7	10,4 0	11,8 8	10,3 1	2,1 7	-	-	-
jan / 0 2	0,5 2	0,5 7	0,3 6	0,1 9	-0,1 3	-0,3 2	0,2 6	2,3 8	2,4 2	2,5 7
fevereiro	0,3 6	0,2 6	0,0 6	0,1 8	0,1 4	0,3 6	0,1 2	2,4 2	2,3 5	2,4 8
março	0,6 0	0,0 7	0,0 9	0,1 1	-0,1 1	0,0 4	0,1 8	2,3 5	2,3 2	2,4 5
abril	0,8 0	0,0 6	0,5 6	0,7 0	0,7 5	1,3 0	0,2 4	2,3 2	2,3 6	2,4 9
maio	0,2 1	0,0 6	0,8 3	1,1 1	1,2 7	1,4 2	0,2 1	2,4 8	2,5 2	2,6 6
junho	0,4 2	0,3 1	1,5 4	1,7 4	2,5 0	1,7 4	0,1 6	2,7 1	2,8 4	2,8 4
julho	1,1 9	0,6 7	1,9 5	2,0 5	2,8 2	2,2 3	0,2 7	2,9 3	3,4 3	3,2 5
agosto	0,6 5	1,0 1	2,3 2	2,3 6	3,3 2	2,5 0	0,2 5	3,1 1	3,0 2	3,0 8
setem bro	0,7 2	0,7 6	2,4 0	2,6 4	3,8 4	3,0 4	0,2 0	3,3 4	3,8 9	3,6 5
outubro			3,8 7				0,2 8	3,8 1	3,6 5	3,5 5
Acum .A no	5,6 0	3,8 3	14,8 2	11,6 0	15,2 5	12,9 5	2,1 9	-	-	-

Fonte: Gazeta Mercantil.

Nota: (1) Cotação de final de período.

REMUNERAÇÃO REAL DOS ATIVOS FINANCEIROS (%) ⁽¹⁾

M ê s	Bolsa SP	Poupança	O ver	Ouro-Spot	Paralelo	Comercial	C D B
jan / 0 1	15,10	0,02	0,64	-2,85	-2,44	0,18	0,38
fev	-10,28	0,31	0,79	2,35	-0,23	3,52	0,74
mar	-9,65	0,11	0,69	0,83	2,69	5,10	0,39
abr	2,29	-0,34	0,19	2,89	0,80	0,07	0,04
mai	-2,64	-0,18	0,47	11,21	12,36	7,10	0,27
jun	-1,58	-0,33	0,29	-1,44	-2,14	-3,28	0,11
jul	-6,91	-0,73	0,01	-1,46	1,28	3,94	-0,28
ago	-7,92	-0,53	0,21	2,63	0,16	3,52	0,00
set	-17,42	0,36	1,02	13,16	5,76	4,37	0,75
out	5,60	-0,38	0,35	-5,55	-0,10	0,16	0,08
nov	12,55	-0,40	0,29	-8,18	-7,40	-7,61	0,01
dez	4,76	0,48	1,17	-2,49	-1,73	-8,44	0,89
Acum .no ano	-19,40	-1,61	6,29	9,42	8,05	7,50	3,43
jan / 0 2	-6,64	0,40	1,17	5,20	-1,89	3,84	0,83
fev	10,25	0,56	1,19	0,16	-3,18	-2,96	0,94
mar	-5,64	0,58	1,28	0,61	-1,30	-1,14	1,00
abr	-1,82	0,18	0,92	2,88	1,07	1,11	0,59
mai	-2,52	-0,11	0,58	11,32	5,95	5,88	0,31
jun	-14,71	-0,87	-0,21	7,37	5,15	11,07	-0,40
jul	-14,04	-1,16	-0,41	18,04	12,24	18,23	-0,73
ago	3,94	-1,54	-0,86	-13,19	-7,38	-13,85	-1,05
set	-18,90	-1,66	-0,99	18,14	15,73	25,85	-1,26
out	13,52	-2,98	-2,14	-9,63	-6,37	-9,91	-2,57
Acum .no ano	-34,79	-6,47	0,47	42,61	18,92	36,79	-2,38

Fonte: Gazeta Mercantil.

Nota: (1) Deflacionados pelo IGP-M.

CUSTO DO CRÉDITO ⁽¹⁾

M ê s	TJLP	LIBOR (2) (6 meses)	Capital de Giro pré fixado (2)	Res. 63 (3)	Desconto de duplicatas (4)	Export notes (3) (7)	ACC (3)	Repasse do BNDES (5)	
								BNDES/FINAME autômicos	FINAME agrícola
jan 00	12,00	6,17	49,07	11,93	3,84	15,72	10,05	1,0 a 2,5	1,0 a 2,5
fev	-	6,29	46,32	13,02	3,61	14,31	10,30	1,0 a 2,5	1,0 a 2,5
mar	-	6,53	46,73	11,56	3,68	9,18	9,82	1,0 a 2,5	1,0 a 2,5
abr	11,00	6,51	43,43	11,66	3,52	8,87	9,61	1,0 a 2,5	1,0 a 2,5
mai	-	6,98	43,64	11,77	3,58	9,85	9,60	1,0 a 2,5	1,0 a 2,5
jun	-	6,92	34,39	11,78	3,25	10,87	10,44	1,0 a 2,5	1,0 a 2,5
jul	10,25	6,87	33,07	9,59	3,10	9,97	10,05	1,0 a 2,5	1,0 a 2,5
ago	-	6,83	35,99	10,04	3,41	9,07	8,99	1,0 a 2,5	1,0 a 2,5
set	-	6,70	30,42	9,32	2,92	9,01	9,23	1,0 a 2,5	1,0 a 2,5
out	9,75	6,67	32,24	12,08	3,12	10,81	9,14	1,0 a 2,5	1,0 a 2,5
nov	-	6,64	30,91	10,09	2,94	9,36	9,36	1,0 a 2,5	1,0 a 2,5
dez	-	6,31	30,73	10,47	2,97	11,74	8,98	1,0 a 2,5	1,0 a 2,5
jan 01	9,25	5,45	32,90	8,82	3,10	10,26	8,19	1,0 a 2,5	1,0 a 2,5
fev	-	5,15	27,52	8,05	2,65	14,75	7,27	1,0 a 2,5	1,0 a 2,5
mar	-	4,75	32,60	8,41	3,11	-	7,20	1,0 a 2,5	1,0 a 2,5
abr	9,25	4,42	31,72	9,09	3,02	15,93	7,04	1,0 a 2,5	1,0 a 2,5
mai	-	3,99	35,82	22,02	3,32	16,46	7,12	1,0 a 2,5	1,0 a 2,5
jun	-	3,94	32,06	14,78	3,03	20,43	6,63	1,0 a 2,5	1,0 a 2,5
jul	9,50	3,73	37,81	9,32	3,55	20,11	7,04	1,0 a 2,5	1,0 a 2,5
ago	-	3,50	43,39	6,29	3,85	23,99	7,04	1,0 a 2,5	1,0 a 2,5
set	-	2,99	38,37	6,09	3,15	24,00	6,66	1,0 a 2,5	1,0 a 2,5
out	10,00	2,29	43,58	5,79	3,80	3,42	6,82	1,0 a 2,5	1,0 a 2,5
nov	-	2,05	36,36	7,37	3,29	11,14	6,27	1,0 a 2,5	1,0 a 2,5
dez	-	1,93	35,66	6,61	3,28	8,25	5,86	1,0 a 2,5	1,0 a 2,5
jan 02	10,00	1,87	41,31	4,52	3,65	5,45	5,58	1,0 a 4,5	1,0 a 4,5
fev	-	1,96	31,40	5,69	2,94	9,66	5,42	1,0 a 4,5	1,0 a 4,5
mar	-	2,19	34,19	5,81	3,20	11,74	5,37	1,0 a 4,5	1,0 a 4,5
abr	9,50	2,15	38,60	4,79	3,55	11,31	5,52	1,0 a 4,5	1,0 a 4,5
mai	-	2,03	36,67	5,60	3,41	15,38	5,64	1,0 a 4,5	1,0 a 4,5
jun	-	1,95	33,98	8,03	3,16	-	5,60	1,0 a 4,5	1,0 a 4,5
jul	10,00	1,85	41,05	14,48	3,71	27,66	7,69	1,0 a 4,5	1,0 a 4,5
ago	-	1,74	38,91	27,36	3,57	25,64	10,64	1,0 a 4,5	1,0 a 4,5
set	-	1,75	36,21	21,51	3,36	23,73	8,29	1,0 a 4,5	1,0 a 4,5
out (6)	10,00	1,71	42,76	29,56	3,89	44,64	8,41	1,0 a 4,5	1,0 a 4,5

Fonte: Banco Central.

Notas: (1) Capital de giro, Res. 63, Desconto de duplicatas, Export notes e ACC, calculados a partir de dados do SISBACEN. (2) % ao ano. (3) % ao ano mais correção cambial. (4) Taxa antecipada - % ao mês (média mensal). (5) % ao ano + TJLP. A partir de agosto de 1997: % ao ano + TJLP + spread de risco do agente financeiro. (6) Capital de giro, Res.63, export notes, ACC e desconto de duplicatas: valores referentes a 21/10/02.(7) As significativas variações das taxas deste item nos últimos meses resultam de questões metodológicas referentes ao número de instituições pesquisadas. Para mais informações, consultar o SISBACEN.